

Lançando sementes: a igualdade de gênero na educação

Lorena Gabriela Santos Martins

Vanessa Matos dos Santos

Introdução

Meninas e meninos recebem tratamentos diferentes desde cedo, com isso, percebe-se que o gênero dita a maneira como as crianças são educadas. Felipe (2000) observa que isso acontece há muito tempo em diversos campos de conhecimento, como no filosófico, médico, literário, pedagógico e também religioso. A autora afirma que as expectativas atribuídas a cada gênero sempre foram distintas.

Essa afirmativa deu surgimento ao presente artigo que tem como objetivo geral propor alternativas para incentivar a igualdade de gênero na educação de crianças e adolescentes. Para isso, o trabalho buscou pontuar diferenças existentes no tratamento de meninos e meninas de acordo com seu gênero; identificar possíveis consequências dessas formas de tratamento e considerar como o feminismo pode ajudar.

Finco (2003) comenta sobre a dificuldade em trabalhar este tema devido à falta de bibliografias que abordam o gênero e sua relação com atividades educacionais na infância, especialmente entre crianças de 0 a 6 anos de idade. Segundo a autora, estudos nesse sentido são escassos.

Complementarmente, Rosemberg (2001) afirma que a produção científica nacional raramente contempla a construção social das relações de gênero no ambiente da educação, especialmente na infância. De acordo com a autora, são comuns as pesquisas que abordam questões de gênero sob os parâmetros da vida adulta, mas o mesmo não acontece quando se trata de discutir o tema observando as crianças.

Finco (2003) utiliza a literatura infantil para exemplificar algumas diferenças nas brincadeiras entre meninos e meninas, é interessante aproveitar essa análise para introduzir um ponto forte no presente trabalho: como o gênero direciona a forma com que as crianças são educadas. É preciso destacar, ainda, que educar, neste sentido, abrange não somente o processo educativo que acontece nas escolas, mas também aquele que começa dentro de casa, com os pais.

Assim como mostra Finco (2003), o livro “Faca sem ponta, galinha sem pé”, Ruth Rocha (1998) mostra as divergências existentes entre ser menina e ser menino a partir de dois personagens, Joana e Pedro. A história se dá da seguinte forma: ao passar debaixo de um arco-íris, os dois irmãos trocam de sexo. Depois disso, eles percebem que tudo aquilo que é rotulado “coisa de menina e coisa de menino”, são preceitos sociais e, na prática, de nada valem. Em um trecho da obra, a autora expõe a seguinte situação:

Pedro implicava com a irmã por ela querer fazer coisas de meninos tais quais jogar bola, subir em árvore; Joana implicava com o irmão por ele às vezes ter “atitudes femininas” como chorar por causa de um filme triste, ou ficar olhando-se no espelho. Os dois sofriam cobranças de atitudes correspondentes com seu sexo por parte de seus pais, como: “menina tem que ser delicada, boazinha...” ou “filho meu não foge! Volte pra lá agora e bata nele também. E vamos parar com essa choradeira! Homem não chora!”. Um dia, voltando da escola, passam por debaixo do arco-íris e mudam de sexo. E a si-

tuação se complica. Logo na esquina, Pedro, quer dizer, Pedra, que agora era menina, deu o maior chute numa tampinha que estava no chão. -Vamos parar com isso?- disse Joana - Menina não faz essas coisas. -E eu sou menina? -É, não é? -Ah, mas eu não me sinto menina! Tenho vontade de chutar tampinha, de empinar papagaio, de pular sela... -Ué, eu também tinha vontade de fazer tudo isso e você dizia que menina não podia, reclamou Joana. -Mas é que todo mundo diz isso -disse Pedra -que menina não joga futebol, que lugar de mulher é dentro de casa... -Pois é, agora aguenta! Não pode, não pode, não pode... Pedra descobre também as vantagens de ser menina, como poder demonstrar seus medos, seus choros, sua vontade de ver novela... (ROCHA, 1996, s.p.)

No desfecho da história, quando as implicâncias entre os irmãos e a revolta com as proibições chegam ao limite, o arco-íris reaparece e eles podem ser Joana e Pedro novamente. Fizeram o trajeto de volta para casa chutando uma tampinha um pro outro, mostrando que depois da experiência, não existiriam mais brincadeiras específicas para meninos e meninas. Com isso, Ruth Rocha (1996) mostra que os irmãos compreenderam que algumas diferenças entre os sexos são construídas e não biológicas, ou seja, é normal que suas personalidades tenham características tidas como masculinas e femininas.

Partindo dessa breve análise, o presente artigo traz algumas disparidades encontradas no tratamento de meninos e meninas, tanto na escola, quanto dentro de casa. As observações a seguir foram realizadas, em maioria, com base em duas obras de Chimananda Adichie.

A diferenciação no tratamento de meninas e meninos

Conhecemos o sexo feminino e o sexo masculino, mas como explica Scott (1995), o gênero não se limita ao plano biológico: homem e mulher e seu significado passa a pertencer à esfera social, ganhando sentido cultural. Para ela, o gênero é um elemento constituinte das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre o sexo feminino e masculino, além de ser uma forma de estabelecer relações de poder.

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (Scott, 1995, p. 7)

Partindo da afirmação de que o significado de gênero deixa de lado as questões biológicas que servem como justificativa para a subordinação feminina, mostra-se como exemplo, o fato da mulher ter filhos e, também, da maior força física do homem. Scott aponta que o gênero, segundo essa definição, se refere às origens dos sentidos sociais de identidade da figura do homem e da mulher, nas palavras da historiadora, é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 3).

Com o tempo, na medida em que os estudos sobre sexualidade se multiplicavam, Scott salienta que a palavra gênero passou a ter maior utilidade, já que ela representa uma forma de distinção entre a prática sexual e os papéis atribuídos à figura de homem e mulher. Segundo a autora:

Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) “os papéis sexuais”, estes(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995, P. 7)

Dando luz ao entendimento sobre as diferenças na criação entre os dois gêneros, o conceito de “ideal feminino”, formulado por Beauvoir (1970), oferece uma base perfeitamente concreta para explicar o porquê de meninas serem

educadas de uma determinada maneira. Para a pensadora, a idealização da figura feminina como delicada, sensível e frágil, pressupondo que as mulheres devem agir de acordo com esses rótulos para se portarem na sociedade, configura o ideal feminino, que dita aquilo que uma mulher pode e não pode ser, pensar e sentir.

Observa-se, também, que meninos são criados sob a perspectiva de que homens devem se comportar de modo oposto ao que consta no ideal feminino, ou seja, se um garoto chora ou demonstra sensibilidade, por exemplo, é chamado de “mulherzinha”, como se essas características representassem um defeito e/ou gerassem dúvidas a respeito de sua sexualidade.

Para Adichie (2015), essa forma “dura” com que os homens são criados, acaba enfraquecendo os seus egos e, ainda, resta às mulheres a função de cuidar desta fragilidade. A autora acredita que “ensinamos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo-lhes: ‘Você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Senão você ameaça o homem’” (ADICHIE, 2015, p. 39-40).

Com isso, surge a premissa de que mulheres de sucesso podem intimidar os homens e até ser motivo de espanto para outras mulheres, de acordo com Adichie:

[...] nosso mundo está cheio de homens e mulheres que não gostam de mulheres poderosas. Estamos tão condicionados a pensar o poder como coisa masculina que uma mulher poderosa é uma aberração. E por isso ela é policiada. No caso de mulheres poderosas, perguntamos: ela tem humildade? Sorri? Mostra gratidão? Tem um lado doméstico? Perguntas que não fazemos a homens poderosos, o que demonstra que nosso desconforto não é com o poder em si, mas com a mulher. Julgamos as poderosas com mais rigor do que os poderosos. (ADICHIE, 2017, p. 14)

A autora usa como exemplo um fato ocorrido em sua infância, na escola onde estudou, relatando que em uma disputa para monitoria da turma, mesmo ela tirando a maior nota da sala, um garoto foi escolhido para desempenhar a função. Com isso, ela explica que quando algo se repete com frequência, aquilo se

torna normal no nosso inconsciente, ou seja, se apenas meninos são escolhidos como monitores de classe, acostuma-se com a ideia de que apenas garotos são qualificados para este cargo, assim como no mundo adulto nos acostumamos com o fato de homens ocuparem melhores cargos e/ou receberem salários maiores que os das mulheres.

A significação das cores e a divisão de brinquedos para o sexo feminino e sexo masculino também dizem muito sobre a diferenciação de gênero. Após relatar uma situação em que fora a uma loja comprar um presente para a filha de uma amiga, a autora faz a seguinte reflexão:

Fico imaginando quem foi o gênio do marketing que inventou essa dualidade rosa-azul. Havia também uma seção de “gênero neutro”, com aquela infinidade de cinzas sem graça. “Gênero neutro” é uma bobagem, porque tem como premissa a ideia do masculino como azul e do feminino como rosa, sendo o “gênero neutro” uma categoria própria. Por que não organizar as roupas infantis por idade e expô-las em todas as cores? Afinal, todos os bebês têm corpo parecido. [...] Os brinquedos para meninos geralmente são “ativos”, pedindo algum tipo de “ação” — trens, carrinhos —, e os brinquedos para meninas geralmente são “passivos”, sendo a imensa maioria bonecas. Fiquei impressionada com isso. Eu não tinha percebido ainda como a sociedade começa tão cedo a inventar a ideia do que deve ser um menino e do que deve ser uma menina. Eu gostaria que os brinquedos fossem divididos por tipo, não por gênero. (ADICHIE, 2017, p. 11)

Mas a questão das cores é apenas um dos vários contrastes existentes na criação de meninos e meninas. É o que Adichie (2017) pontua quando fala sobre as atividades domésticas que, desde cedo, são atribuídas ao sexo feminino, sob a consideração de que mulheres são responsáveis por essa função por conta de seu gênero. A autora utiliza como exemplo outra vivência pessoal:

[...] lembro que me diziam quando era criança para ‘varrer direito, como uma menina. O que significava que varrer tinha a ver com ser

mulher. Eu preferiria que tivessem dito apenas para ‘varrer direito, pois assim vai limpar melhor o chão’. (ADICHIE, 2017, p.10)

Adichie (2017) enfatiza que essas afirmações, assim como obrigações domésticas, não eram dirigidas a seus irmãos, por serem homens. O relato da autora remete a um fato ocorrido em seu passado, mas ainda hoje, a ideia de que atividades domésticas são funções femininas ainda existe. Inclusive, a habilidade para desempenhar funções como lavar, passar e cozinhar, por exemplo, é considerada sinônimo de boa esposa. Outro exemplo é a expressão “está pronta para casar”, utilizada, quase sempre, quando a mulher sabe cozinhar e o faz bem. Existe o pressuposto de que essa aptidão está relacionada ao casamento, no caso, como se fosse um dos pré-requisitos para que a mulher encontre um marido.

Adichie (2015) também percebe a nítida diferença em como os sexos são preparados para se relacionarem. A autora pontua que, desde cedo, cria-se nas meninas a preocupação com o que os garotos vão pensar sobre elas e se serão bem quistas. Isso se torna ainda mais claro considerando o fato de que, em todo o mundo, existirem vários livros e artigos que ensinam como as mulheres devem agir para agradar os homens. Por outro lado, essas “regras” de aceitação não são tão frisadas entre os meninos. Manuais de como corresponder às expectativas das mulheres são raros.

A autora também faz considerações sobre a forma que o casamento é visto sob a perspectiva de gênero. Existe um pressuposto de que, para a mulher, o casamento é sua maior realização de vida, acima de conquistas pessoais ou profissionais. Já para os homens, muitas vezes, o casamento é visto como uma obrigação ou até mesmo punição. Trazendo para a realidade do Brasil, isso é algo tão presente em nossa cultura que, em festas de casamento, é comum que a escultura dos noivos em cima do bolo retrate a mulher obrigando o homem a se casar.

Felipe (2000) cita o exemplo dos manuais de civilidade e boas maneiras utilizados entre os séculos XIX e XX, que continham normas específicas para a educação de meninos e meninas. A autora ressalta que os comportamentos tidos como adequados para meninas eram pautados “na religião, na moral e na

ideia de servir”, como se a função das mulheres fosse garantir a felicidade do homem. Com base nisso, Felipe (2000) acredita que essa crença de que existe “uma essência específica de cada gênero foi acionada no sentido de impor às mulheres e meninas certo aprisionamento, a partir de sua condição de futura mãe e dona de casa”. Segundo a autora, esses discursos reforçam a ideia de que a mulher só é realizada no matrimônio (FELIPE, 2000, p. 116-117).

Felipe (2000) enfatiza que, além dos livros de civilidade e boas maneiras, as revistas de moda também frisavam condutas que tinham como objetivo colocar a mulher em uma posição de subordinação, controlando seus corpos e impondo padrões rígidos a serem seguidos. De acordo com Felipe:

Ser modesta, discreta, eram atributos extremamente valorizados, talvez uma das maiores virtudes nas mulheres e meninas. Desta forma, a educação das mulheres foi arquitetada de forma diferenciada, em função de sua capacidade procriativa, e também pelo fato de serem consideradas inferiores. É interessante notar o quanto o silêncio estava presente com o condição necessária à boa educação não só de mulheres, mas também das crianças, não cabendo-lhes, em hipótese alguma, ostentar qualquer visibilidade. (FELIPE, 2000, p. 120)

As meninas são preparadas para se casarem desde cedo, ainda que de uma forma velada. Atualmente o matrimônio não é o único destino possível de uma mulher, como acontecia em épocas antigas, pois elas estudam, trabalham e podem até mesmo escolher não se casarem. Mas como herança do patriarcado, está a premissa de que não há felicidade fora do casamento, por mais que ela colecionasse inúmeras conquistas no decorrer de sua vida. Já os homens não enfrentam essa pressão de forma tão intensa.

Outra observação importante feita por Adichie é a suposição de que apenas homens possam pedir uma mulher em casamento, ela acredita que em uma sociedade em que homens e mulheres tenham o mesmo valor, não faz sentido que uma mulher não possa tomar a iniciativa de fazer este pedido a um homem. Para ela:

[...] não é esquisito que na maioria das sociedades atuais as mulheres em geral não possam pedir um homem em casamento? O casamento é um passo enorme em nossa vida e não podemos tomá-lo a nosso cargo — dependemos de um homem para nos fazer o pedido.” Assim, muitas mulheres estão em relacionamentos longos e querem se casar, mas precisam ‘esperar’ que os homens tomem a iniciativa — e muitas vezes essa espera se torna uma encenação, às vezes inconsciente, às vezes não, de seus méritos para se casar. (ADICHIE, 2017, p. 26)

De acordo com Adichie, a educação da menina é sempre baseada na noção de que ela precisa ser passiva, caseira e bem comportada, além de conter sua sexualidade. Já com os meninos, o oposto acontece, segundo a autora, as meninas são ensinadas de modo que a ideia de serem seres sexuais seja errada, já com os meninos, é o oposto: “se temos filhos homens, não nos importamos em saber sobre suas namoradas. Mas e os namorados das nossas filhas? Deus me livre!” (ADICHIE, 2015, p. 44-45).

A autora acredita que a sexualidade sempre é tratada com pudor quando se refere ao sexo feminino. Garotas crescem, muitas vezes, com a ideia de que precisam reprimir aquilo que sentem e, inclusive não manifestar dúvidas sobre o próprio corpo. De acordo com Adichie:

A vergonha que atribuímos à sexualidade feminina se refere a uma questão de controle. Muitas culturas e religiões controlam o corpo feminino de uma ou de outra forma. Se a justificativa para controlar o corpo das mulheres se referisse a elas mesmas, seria compreensível. Um exemplo hipotético: as mulheres não devem usar saia curta porque, se usarem, podem ter câncer. Mas, pelo contrário, a razão não se refere a elas, mas aos homens. As mulheres precisam andar ‘cobertas’ para proteger os homens. Isso me parece profundamente desumanizante, porque reduz as mulheres a meros acessórios usados para administrar os apetites masculinos. (ADICHIE, 2017, p. 25)

A autora acredita que as garotas devem rejeitar a associação de vergonha à sexualidade e corpo feminino. Segundo Adichie (2017), quando a virgindade surge em um assunto, por exemplo, ela sempre vem acompanhada pela vergonha. Com a menstruação, acontece a mesma coisa. É necessário que as garotas tenham consciência, desde cedo, que a biologia feminina é algo natural e aprendam a falar sobre este assunto sem constrangimentos, “não há nenhuma razão para nos envergonharmos de nossos períodos menstruais. São normais e naturais, e a espécie humana não estaria aqui se eles não existissem” (ADICHIE, 2016, p. 25).

O feminismo pode trazer outra visão

Vianna e Unbehaum (2004) observam que, nas últimas décadas, a educação brasileira passou por mudanças significativas e, entre elas, está a inclusão de alguns assuntos como direitos humanos, raça e gênero. As autoras pesquisam sobre as políticas públicas implantadas na área da educação e abordam questões de gênero, constatando que este assunto ganha visibilidade no contexto educacional por volta dos anos de 1900, como uma das consequências do debate acerca da discriminação da mulher.

No entanto, Vianna e Unbehaum (2004) afirmam que, na área da educação, a igualdade de gênero não é um assunto trabalhado com profundidade, tanto em pesquisas sobre o impacto de políticas públicas com essa abordagem, quanto no próprio ambiente escolar. De acordo com as autoras, isso acontece porque no cotidiano escolar as relações e gênero não são tão exploradas.

Depois de observar o comportamento de crianças com idade de 4 a 6 anos em uma escola de Campinas, interior de São Paulo, Finco (2004) levanta a hipótese de que não existem práticas sexistas nas brincadeiras dos pequenos. Ela afirma que:

Considera-se que as relações das crianças na educação infantil apresentam-se como forma de introdução de meninos e meninas na vida social, quando passam a conhecer e aprender seus sistemas de regras e valores, interagindo e participando nas construções sociais. Porém, ao observar as relações entre as crianças, foi possível

levantar a hipótese de que os estereótipos dos papéis sexuais, os comportamentos pré-determinados, os preconceitos e discriminações são construções culturais, que existem nas relações dos adultos, mas ainda não conseguiram contaminar totalmente a cultura da criança. (FINCO, 2004, p. 95)

De acordo com a autora, as crianças aprendem e passam a reproduzir noções de hierarquia dos sexos na medida em que crescem, devido ao contato com os adultos e no ambiente escolar. Com sua pesquisa, Finco (2004) chegou à conclusão de que observar as relações estabelecidas entre meninas e meninos configura uma prática importante para se pensar na questão do respeito entre os gêneros. Dessa forma, é válido que o profissional da educação tenha em mente que as interações entre as crianças devem acontecer naturalmente, livres de barreiras impostas por gênero.

Adichie (2012) observa as diferenças na forma como meninos e meninas são criados, a partir de experiências pessoais e exemplos que encontra na sociedade e também dá conselhos de como basear a educação das crianças em algumas premissas básicas do movimento feminista, para que cresçam desconstruindo ideias patriarcais e com a consciência de que, independente de gênero, as pessoas devem ser tratadas de forma igual.

O feminismo é um movimento que luta pelo direito das mulheres e tem como objetivo principal a igualdade de gênero. Algumas ideias equivocadas sobre ele contribuíram para que ao longo da história e, ainda hoje, muitas mulheres se intitulem antifeministas. Segundo Soihet (2008), a reação masculina ao feminismo se deu de várias formas, uma delas foi o humor “arma eficaz utilizada para manter a inferioridade feminina”. Piadas machistas são tradicionais, bem como a utilização de imagens que ridicularizam e criam estereótipos sobre as feministas. Para a autora, tudo isso, por se contrapor ao “ideal feminino, constantemente reatualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação”, faz com que muitas mulheres deem um significado superficial ao movimento e não se reconheçam nele (SOIHET, 2008, p. 192).

É importante, também, dar ênfase na expressão “igualdade” sempre que se fala sobre feminismo, pois é comum a associação equivocada deste termo ao

machismo como se fossem antônimos, ideia que faz parte do senso comum e justifica a aversão de muitas pessoas, incluindo mulheres, ao movimento. Por isso é necessário frisar que o feminismo não pretende instituir a superioridade das mulheres em relação aos homens. Já o machismo é caracterizado pela afirmativa de que o homem é superior à mulher.

Assim, fica clara a diferença entre machismo e feminismo: enquanto um se configura de práticas que inferiorizam a figura feminina, o outro busca combater essa ideia com base na igualdade. Mendéz (1982) explica essa questão ressaltando que o propósito das feministas do século XIX não era ocupar o espaço do homem ou ser como eles, mas apenas usufruir os mesmos direitos e ter sua liberdade garantida. Ou seja, não se trata de dominação das mulheres sobre os homens, o feminismo é sobre igualdade.

Pinto (2010) descreve, resumidamente, o que movimento significa em sua interpretação:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO, 2010, p. 16)

De acordo com Adichie (2017), é necessário educar as crianças de modo que elas possam questionar regras que estabelecem a forma com que meninas e meninos devem agir, além de terem ideia de que um gênero não é mais importante que o outro. A autora acredita que as crianças precisam ter consciência de que o que define se uma pessoa é capaz de liderar, são atributos como criatividade, competência e inteligência, por exemplo, e isso independe do gênero.

Para ela, “tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores, criativos” (ADICHIE, 2017, p. 27).

É mais benéfico para as crianças, educa-las de forma que seus talentos sejam ressaltados, deixando de lado a ideia de que seu gênero lhe permite isso ou aquilo. Assim, elas seriam livres para expressarem suas vontades e interesses, longe dos rótulos intitulados “coisa de menino e coisa de menina”. Para Adichie, a questão de gênero pode ser nociva quando impõe padrões de como as pessoas devem agir: “seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero” (ADICHIE, 2012, p. 48).

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente. (ADICHIE, 2012, p. 35)

Segundo a autora, é necessário deixar de lado a “camisa de força do gênero” e enxergar as crianças como indivíduos, dando espaço para que busquem desenvolver seu potencial no que realmente têm afinidade e não naquilo que esperam que uma menina ou menino seja e goste.

Especificamente para as meninas, a autora fala sobre o que considera um ensinamento de grande importância: o de que elas têm o mesmo valor que meninos, “igualmente valor. Não ‘se’. Não ‘enquanto’. [...] igualmente valor e ponto final”. Isso, segundo a autora, contribui para que elas cresçam questionando o patriarcado e se impondo em situações de opressão (ADICHIE, 2017, p. 7).

Outro ponto importante é a necessidade de ensinar as meninas a terem admiração por suas semelhantes, considerando que a misoginia é um fato concreto na sociedade e acontece, inclusive, entre mulheres. Adichie (2017) afirma que reconhecer a existência da misoginia é essencial para buscar meios de combatê-la, e um deles é orientando, desde cedo, que garotas busquem inspiração

em figuras femininas. Essa prática também configura uma forma de evitar que elas alimentem a competição e rivalidade entre si.

Considerações finais

Desde cedo, as crianças são moldadas de acordo com seu gênero, muitas vezes privadas de se expressarem de determinada forma e/ou desempenharem certas funções. Diante disso, torna-se necessário refletir sobre os motivos que levaram a determinar o que meninas e meninos podem fazer. Até que ponto isso faz sentido?

Os debates a respeito deste assunto são importantes para desconstruir padrões e possibilitar que as crianças cresçam livres das normas patriarcais, para que possam se expressar e se desenvolver de acordo com o que sentem, sem amarras de gênero.

Educar crianças tendo em mente a igualdade de gênero é uma forma de contribuir para que, nas gerações futuras, tenhamos mais figuras femininas empoderadas e cientes de seu valor, bem como homens com maior sensibilidade e facilidade em respeitar as mulheres.

Referências

- Adichie, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**; tradução Denise Bottmann. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Adichie, C. Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. v. 1 e 2.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**. v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003.
- FELIPE, Jane. Infância, Gênero e Sexualidade. **Educação & Realidade**. Jan/jun 2000.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Discursos e práticas do movimento feminista**. Porto Alegre (1975-1982).
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010
- ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos Cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 27, n.1, p. 47-68, 2001.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.2, p.71-99, 1995.
- SOIHET, Rachel. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008.
- VIANNA, Cláudia Pereira. UNBEHAUM, Sandra. O GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan/abr. 2004.

Sobre as autoras

Lorena Gabriela Santos Martins. Jornalista. Mestranda em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) pela Universidade Federal de Uberlândia. Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: martinsg.lorena@gmail.com

Vanessa Matos dos Santos. Jornalista. Doutora em Meios e Processos Audiovisuais. Doutora em Educação Escolar na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE) da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: vanmatos.santos@gmail.com